

## A CIDADE E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO(\*)

Ana Fani Alessandri Carlos (\*\*)

Inicialmente o tema nos faz refletir sobre a noção de “organização do espaço” utilizada correntemente pela Geografia.

GEORGE (1971, p. 6 e 7) para citar um exemplo, emprega o termo “organização do espaço” no sentido de “arrumação” que “designa os atuais empreendimentos destinados a modelar o espaço herdado para neles se introduzirem as técnicas jurídicas e administrativas, que derivam de um espírito de sistematização da sua utilização”. A noção da “organização do espaço” se liga, para o autor, ao “planejamento sistemático do espaço” e não à *relação histórica entre homem e meio*.

Esta noção está relacionada à concepção de *espaço-palco*, e isto quer dizer o espaço geográfico entendido como palco das atividades humanas, o lugar *sobre* o qual os agrupamentos humanos constroem sua existência. Hoje em dia, apesar de ter sido abolida a palavra espaço-palco, a noção ainda está muito presente na concepção do espaço geográfico, mesmo quando se analisa o espaço geográfico como espaço de relações (GEORGE, 1969).

Como partimos da premissa de *espaço produto*, isto é, o espaço geográfico enquanto produto das relações que se estabelecem, num determinado momento histórico entre sociedade e meio-circundante, estamos analisando o espaço geográfico como um elemento dinâmico, e componente ativo na relação do qual é produto, e não simplesmente como agente passivo.

Nesse sentido, a noção “organização do espaço”, estando metodologicamente associada a concepção de espaço-palco, não pode ser aqui utilizada.

A noção evolui no pensamento geográfico a partir do desenvolvimento da conceituação de espaço geográfico, portanto, propomos a discussão da noção de “produção do espaço” em lugar da “organização do espaço” pois ela está em desacordo com o atual estágio do pensamento geográfico.

A noção “produção do espaço” se impõe na medida em que o espaço geográfico é entendido como *produto de relações*, não no sentido de arrumação, mas de *autocriação* constante. Ele é fruto do processo de produção que se estabelece no seio da sociedade que tem por objetivo a reprodução da existência humana; e é portanto fruto do trabalho.

Assim a premissa básica de que partimos para o desenvolvimento do tema é a noção de *espaço produzido*.

O espaço geográfico é o produto das relações que se estabelecem, através do trabalho, entre sociedade e meio circundante. O espaço geográfico é produzido concomitantemente ao processo de produção da existência humana. Portanto, não é estático, nem acabado, mas uma produção humana ininterrupta.

---

(\*) — Aula proferida no concurso interno para indicação de 2 Auxiliares de Ensino, para contrato, no Dept<sup>o</sup> de Geografia da FFLCH da USP, realizado em abril de 1981. Recebido para publicação em junho de 1981.

(\*\*) — Mestre em Geografia. Aluna do Curso de Pós-Graduação, em nível de Doutorado.

Deste modo, em cada momento histórico, teremos uma produção social peculiar e coerente ao desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, uma produção espacial determinada.

O espaço geográfico, enquanto produto do trabalho, envolve a participação dos membros da sociedade como um todo através da divisão do trabalho, que depende, em cada momento histórico, do desenvolvimento das forças produtivas (como a mão-de-obra produz, com que métodos produz, com que instrumentos, etc.). Os homens trabalham de maneira complementar, e a evolução da divisão do trabalho vai implicar em espaços diferenciados.

A maior divisão do trabalho entre material e o intelectual é traduzida pela separação entre cidade e campo. Para MARX e ENGELS (1974, p. 62) a oposição entre a cidade e o campo surge com a passagem da barbárie à civilização, da organização tribal ao estado, do provincialismo à nação e persiste através de toda a história da civilização.

A cidade, ainda segundo os autores, é o resultado da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, enquanto que o campo põe em evidência o fato oposto, o isolamento e a dispersão. A oposição entre cidade e campo só pode existir no quadro da propriedade privada; é a mais flagrante subordinação do indivíduo à divisão do trabalho, da subordinação de uma atividade determinada que lhe é imposta.

O trabalho e as condicionantes históricas em que ele é realizado é a chave da compreensão da produção espacial; produção esta que traz em seu bojo a *unidade do diverso*, isto é, as contradições e diferenciações que geram o seu próprio desenvolvimento. Nesse contexto a produção do espaço geográfico não pode ser analisada desvinculada do processo de produção historicamente determinado.

O *modo de produção* determinante — no caso atual, o capitalista — *se materializa espacialmente* através da produção do espaço global enquanto totalidade, contendo em seu bojo a diferenciação entre o urbano e o rural, pois o processo de

produção se articula espacialmente através da divisão entre trabalho industrial e comercial e trabalho agrícola, isto é, através da diferenciação entre urbano e agrário.

Hoje no capitalismo, a cidade como produto do trabalho industrial assume papel hegemônico no comando do processo de produção espacial como um todo, articulando e determinando a divisão espacial e social do trabalho; articulando e determinando a chamada rede urbana através da rede de cidade que vai desde as cidades pequenas, médias, às metrópoles regionais, nacionais, até às chamadas metrópoles internacionais, como uma distribuição social e espacial das diferentes condições gerais da produção em função do tipo de atividades.

Partimos, portanto, da *tese* segundo a qual o *modo de produção se materializa na produção espacial*. O espaço urbano (que é a produção da cidade), como elemento da totalidade também sofre o mesmo processo de materialização. Como isto ocorre?

A cidade não só é fruto do processo de produção capitalista como uma condição desse processo.

A cidade é determinada por relações de produção, e vista dentro do processo de produção global é fruto da separação entre o trabalho industrial e comercial de um lado e do trabalho agrícola do outro.

O trabalho industrial, no capitalismo, assume papel determinante; tem um papel hegemônico e transforma a agricultura em um ramo seu. E este por sua vez, confere à cidade um papel hegemônico no comando do processo de produção espacial, uma vez que ele se realiza e viabiliza na cidade e através dela.

A cidade apresentaria hoje as condições gerais desse processo de produção.

Com o desenvolvimento do processo de produção baseado no desenvolvimento das forças produtivas, a cidade vai ganhando cada vez mais sua influência sobre o campo e sobre áreas vizinhas, tornando-se a expressão espacial mais importante desse sis-

tema de produção; o ponto de maior expressão espacial. A cidade passa assim a comandar o processo de produção espacial através de uma grande concentração cumulativa de funções.

O grau de complexidade de funções está relacionado com o grau de desenvolvimento do processo produtivo, baseado na divisão do trabalho e na diferenciação das classes sociais. A cidade passa a comandar não só a produção de sua área, mas seu papel e poder extravasam seus limites alcançando e subordinando não somente áreas agrícolas — cuja função seria a de fornecer matérias primas e alimentos para a produção e consumo urbanos — mas se relacionando com outros espaços urbanos através da divisão espacial do trabalho determinada pela metrópole, constituindo em múltiplas relações e interrelações espaciais a produção do espaço global. O que ocorre é a espacialização do processo de produção capitalista que tem na cidade seu centro de acumulação.

Para KAUTSKY (1966, Introdução), o modo de produção capitalista, dominante na sociedade atual, consiste no antagonismo entre classe assalariada e capitalista. Tal antagonismo move o nosso século e lhe dá fisionomia. O sistema de produção capitalista se desenvolve primeiramente, via de regra, nas cidades e mais especificamente nas indústrias. O desenvolvimento da indústria urbana lança também o germe da dissolução da família rural primitiva. Inicialmente a propriedade do camponês continha a terra necessária à alimentação de sua família; a dependência cada vez maior do mercado ao dinheiro fazia com que o lavrador tivesse paralelamente uma maior necessidade de terra ditada pela diversificação e aumento da quantidade dos gêneros que deveria colher e vender.

“O contínuo desenvolvimento do capitalismo, vai aumentando cada vez mais a influência da cidade sobre o campo, uma vez que esta, além de subtrair-lhe território, vai subordinando paulatinamente a agricultura ao setor urbano industrial. Mais do que isto, o desenvolvimento do sistema capitalista vai proporcionar o surgimento da grande cidade, da metrópole, que comandará não somente as áreas rurais como esten-

derá seu domínio sobre outras cidades de porte inferior, visando melhores condições de acumulação, tornando-se pois a expressão espacial desse sistema de produção” (CARLOS, 1979, p. 46).

A cidade não pode portanto, ser analisada como um organismo em si, isolada de seu processo de formação, como fazem muitos geógrafos. A cidade deve ser entendida como uma forma espacial fruto de um amplo processo. Não é a cidade em si que produz o espaço, ela é um ponto formal de comando. “A cidade atual apenas assume a forma espacial das relações de produção que ocorrem nesse modo de produção específico. . . . Não é a cidade em si o fator de criação e desenvolvimento de uma região atual, mas o processo de acumulação capitalista, e a cidade como “sede” da acumulação “assume”, formalmente o papel dinâmico de comando do espaço” (CARLOS, 1979, p. 46).

A cidade, assume a forma de comando espacial: de um lado articulando e determinando a divisão espacial do trabalho através da articulação não só da rede urbana, mas também determinando o papel do campo no processo geral de produção espacial; e de outro, possibilitando, com essa produção espacial geral, as condições gerais necessárias ao desenvolvimento do processo de produção capitalista.

A cidade hoje não é só condição para a reprodução do capital, como também um produto do processo de produção capitalista. Do mesmo modo que o capital é a categoria determinante na análise do processo de produção capitalista, ela também será determinante no processo de produção espacial, na medida em que este também é um produto do processo de produção capitalista.

A divisão do trabalho que se estabelece no processo produtivo, na unidade de produção, também se estabelece espacialmente não só a nível cidade-campo e cidade-cidade, mas também dentro de cada parcela do espaço, determinada pela hierarquização comandada pela metrópole, e esta por sua vez, dependerá do desenvolvimento das relações capitalistas de produção de um determinado país.

Como esse processo se desenvolve de modo antagônico e contraditório, o processo de produção espacial também apresentará esses mesmos antagonismos, o que implica, em última análise, num desenvolvimento espacial desigual; fenômeno este comandado e determinado pelo processo de acumulação do capital.

No capitalismo, o fenômeno centralizador, exercido pela grande cidade se faz sentir pelo seu papel de núcleo das atividades de gestão determinadas pelo fato de ser o ponto de maior expressão espacial da acumulação do capital, pelo processo produtivo, e portanto, da atividade industrial, financeira e política.

“As sociedades de hoje apresentam grandes aglomerações humanas de dimensões nunca alcançadas de um lado, e por outro o campo tem sofrido um processo constante de despovoamento. Esse fenômeno é fruto do grande processo de urbanização que o modo de produção capitalista pôs em marcha, ao lado de mudanças na estrutura agrária.

O processo de urbanização tende a acelerar-se pelas transformações ocorridas no setor industrial, financeiro e de serviços que necessitam e desenvolvem uma base urbana. A divisão especializada do trabalho, força os trabalhadores a um nível de aproximação cada vez maior, obrigando a maioria a viver em grandes cidades...

A cidade está assim, submetida às leis da acumulação capitalista, daí a estreita relação entre este e o processo de urbanização” (CARLOS, 1979, p. 48 e 49).

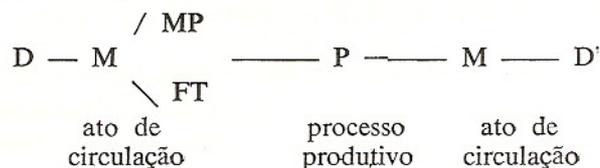
O processo de urbanização, enquanto processo desencadeado pelo modo de produção capitalista, que impõe uma base urbana para seu desenvolvimento, possibilita a diminuição do tempo gasto no ciclo de rotação do capital e com isso o processo de desvalorização do capital.

Para LOGIKINE (1979, cap. III), a aglomeração dos meios de produção e de troca (banco/comércio), não especifica de forma alguma a cidade capitalista. Na medida em que a cidade medieval já reunia atividades produtivas e mercantis, se bem que em

menor escala. O que parece caracterizar duplamente, para o autor, a cidade capitalista, é de um lado a crescente concentração dos meios de consumo coletivo e de outro, o modo do conjunto dos meios de reprodução do capital e da força de trabalho. Para o autor, a cidade é, num determinado momento, a materialização das condições gerais de produção.

No entanto, acreditamos que não é só a cidade que materializa as condições gerais da produção capitalista, mas a produção espacial como um todo, que além de viabilizar o processo de produção capitalista é um produto dele. Deste modo a produção do espaço geográfico viabiliza a realização do ciclo do capital e, conseqüentemente, a reprodução ampliada do capital.

Esquemáticamente o processo cíclico do capital (1) se resume em três momentos, em cada um dos quais, o capital assume uma forma:



onde:

- D = dinheiro
- D' = dinheiro acrescido de mais valia
- M = mercadoria
- MP = matéria-prima
- FT = força de trabalho
- P = produto

O processo deve ser visto em sua unidade de conjunto, onde os ciclos, as formas de reprodução das três modalidades do capital se desenvolvem continuamente, sob pena de paralização momentânea do ciclo, o que causaria um processo de desvalorização do capital. A agilização do ciclo tem como pressuposto a

(1) — “Resumindo as três fórmulas em sua unidade, vemos que todas as premissas do processo aparecem como seu resultado, como premissa produzida por ele mesmo. Todos os momentos aparecem aqui como ponto de partida, ponto de transição e ponto de retorno. O processo em seu conjunto se apresenta como unidade do processo de produção e do processo de circulação, o processo de produção serve de mediador do processo de circulação e vice-versa. Nota comum aos três ciclos é a valorização do valor com finalidade determinante”. (MARX, 1975, vol. II, p. 90).

continuidade (2) do processo de reprodução ampliada do capital que visa a completa interrelação entre esses movimentos e conseqüentemente o acionamento de mecanismos que impeçam sua imobilização em qualquer um dos momentos. A mais valia criada no processo de produção deve ser realizada pela circulação e a mercadoria deve chegar até a esfera do consumo (sem consumo não há produção, e vice-versa).

Como produção e consumo estão cada vez mais distanciados espacialmente (condição histórica do desenvolvimento do capitalismo), o processo de produção deve criar as condições de ligação entre essas duas esferas da produção geral, de modo a minimizar o tempo de duração no qual o produto se transfere de um momento a outro. Portanto, uma série de atividades particulares encadeadas são criadas com esse objetivo.

“À medida que se desenvolve o ciclo do capital cria-se e desenvolve-se paralelamente todo um processo de produção do espaço pela sociedade que não só possibilita a produção e reprodução do capital, como também a existência humana... O espaço é produzido para atender as necessidades da produção e da circulação de mercadorias, visando o funcionamento perfeito do ciclo do capital” (CARLOS, 1979, p. 90).

Concretamente, a análise do ciclo do capital e sua relação com o processo de produção espacial pode ser, resumidamente, analisado da seguinte forma:

*1ª fase do ciclo:* o capital nesse momento é representado formalmente pelo dinheiro; é como dinheiro (D) que ele entra no mercado para comprar força de trabalho e os meios de produção necessários ao processo de produção nas mãos do capitalista.

Esse momento tem como condição básica (excetuando-se as condições históricas necessárias à existência do capitalismo) o mercado, que espacialmente se formaliza com a existência de uma aglomeração populacional urbana (uma cidade) onde o capitalista encontra mão-de-obra e os meios e instrumentos de trabalho.

Essa parcela da população que vende sua força de trabalho com o objetivo de reprodução de sua existência, emprega seu salário de modo a realizá-la. São gastos com habitação, alimentação, energia, saúde, transporte, educação, saneamento, vestuário, lazer, etc; necessidades estas que exigem uma certa aglomeração imposta pela socialização do consumo, criando um espaço peculiar, diferenciado do espaço agrário.

Por outro lado, os meios e instrumentos de trabalho devem estar à venda no mesmo locus do mercado, facilitando com sua proximidade e diminuindo o tempo gasto pelo capitalista, nesse primeiro momento do ciclo. As matérias primas e auxiliares também devem ser compradas, nesse momento, e para isso devem estar disponíveis no mercado o que implica não somente num grande interrelacionamento entre os ramos de atividades, (entre ramos industriais, entre atividade urbana-rural, etc.) como uma vasta rede de transporte, criando um relacionamento espacial.

*2ª fase do ciclo:* restringe-se à unidade produtiva, à criação do valor; o que exige fisicamente um estabelecimento compatível com a atividade a ser desenvolvida.

Para o funcionamento da unidade produtiva, como unidade de acumulação do capital, é necessário também que seja satisfeita uma série de necessidades além do prédio de instalações, tais como: energia industrial, serviços de apoio à produção, escritórios, bancos, rede de comunicação e transporte, unidades de distribuição e armazenamento etc.

Deste modo, o processo de produção imediato não se restringe espacialmente à unidade produtiva física, mas para seu funcionamento necessita de uma série de requisitos que se produzem espacialmente criando toda uma gama de relações e interrelações, além de uma cadeia de unidades produtivas interligadas, criando uma paisagem diferenciada coerente

(2) — “A continuidade infinita do processo, a passagem fluída do valor de uma forma à outra, de uma fase à outra é a condição essencial da produção fundada sobre o valor”. (MARX, 1975, vol. III, p. 52).

com o desenvolvimento das forças produtivas num momento determinado.

3ª fase do ciclo: a transformação da mercadoria em dinheiro (M ——— D'). Ato que se realiza na circulação. Com o desenvolvimento das relações capitalistas, é inviável que o capitalista venda sua própria mercadoria ao consumidor individual; pois a rotação do capital sofreria uma paralização. Nesse sentido, para não impedir a continuidade do ciclo, uma série de atividades é realizada, por um amplo setor de distribuição e venda; enquanto o capitalista se restringe exclusivamente à produção imediata.

Nesta fase é de suma importância uma rede de transporte, postos de armazenamento e de distribuição das mercadorias (não somente ao consumidor individual, mas também a outras unidades industriais, uma vez que o produto de uma indústria pode ser a matéria prima de outra); o que envolve uma série de trabalhos (improdutivos, é claro) que tem por objetivo fazer as mercadorias chegarem a seu destino o mais rápido possível, pois sem consumo não há produção.

Esta fase também exige uma aglomeração espacial determinada.

O que se depreende dessa exposição sistemática é que se vai produzindo um espaço para atender as necessidades da produção e reprodução de relações determinadas pela atividade produtiva, que dependerá do estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

A produção espacial global não ocorre somente pelas condições de produção vigentes, mas fazem parte das condições gerais da produção material. Portanto, a interrelação entre parcelas do espaço diferenciadas serão determinadas pela divisão do trabalho no seio do processo produtivo.

A cidade e o campo, que constituem aparentemente duas formas espaciais distintas, se integram numa unidade indissociável, apesar de a primeira dominar e determinar a segunda, pois a cidade abriga a atividade hegemônica: a indústria.

“As cidades evoluem, de acordo com sua importância, uma área mais ou menos ampla de dominação ligada a ela por uma rede de comunicação e transportes, que possibilitam um fator indispensável a essa dominação. É importante frisar, que sob o aspecto formal, cidade e campo apresentam paisagens diversas e antagônicas dadas pela utilização diferenciada do solo e de sua própria atividade produtiva” (CARLOS, 1979, p. 92), mas isto não quer dizer que sejam duas parcelas isoladas e autônomas.

Especialmente o desenvolvimento do modo de produção capitalista implica numa tendência não somente a uma aglomeração populacional (força de trabalho e superpopulação relativa), mas também de meios e unidades de produção, o que leva a uma profunda divisão espacial do trabalho imposta pelo mercado em expansão.

Assim o urbano é fruto da dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas que se desenvolvem plenamente no urbano, e mais especificamente na grande aglomeração urbana, ou seja na metrópole, pois é aí que as condições gerais de produção se encontram mais desenvolvidas.

“Não há desenvolvimento capitalista sem aglomerações, num primeiro momento, e sem rede num segundo. *Pode haver aglomeração sem capitalismo, mas não há capitalismo sem aglomerações*” (FUN-DAP, 1978 p. 11) (Grifo do autor). O espaço do capital exprime essa tendência dupla do modo de produção capitalista que é a de aglomerar capital fixo num ponto e de se expandir através da multiplicação desses pontos, abarcando áreas cada vez maiores e causando assim o chamado desenvolvimento desigual e combinado.

O desenvolvimento antagônico do capitalismo interfere no desenvolvimento da produção espacial tornando-a diferenciada e antagônica; diferenciação e antagonismos estes criados pelo próprio processo em expansão. Esse processo implica no desenvolvimento da grande aglomeração em detrimento de outras parcelas do espaço; desenvolvimento acentuado ainda mais pelo estágio do capitalismo monopolista que através da criação de grandes unidades produtoras

e da internacionalização crescente da produção, cria um espaço ainda mais hierarquizado e diferenciado. Essa situação tende a acelerar, espacialmente, as desigualdades, uma vez que a produção espacial está voltada para a maior eficiência do funcionamento do padrão de acumulação imposto pelo modo de produção capitalista.

Podemos frisar ainda, que o processo de urbanização é um processo de produção e reprodução de capital, e que este processo se materializa na cidade, uma vez que a cidade viabiliza as condições gerais de produção. O urbano é o lugar particular onde se realiza a produção e a reprodução ampliada da força de trabalho nas condições de quantidade e qualidade requeridas pelo avanço da divisão social do trabalho.

Por este motivo a cidade não pode ser analisada como elemento em si que ganha expressão, mas como uma forma espacial das relações sociais de produção.

A cidade é, ainda, um campo privilegiado das lutas de classe, pois se por um lado o espaço urbano é cada vez mais socializado (tanto no que se refere ao potencial de expansão, quanto no que se refere a sua produção), por outro lado a sua apropriação geral é privada.

Assim, concretiza-se ao longo da história um processo de produção espacial que é característico ao desenvolvimento do modo de produção vigente.

## BIBLIOGRAFIA

- 1 — CARLOS, Ana Fani A. — (1979) — Reflexões sobre o espaço geográfico. Dissertação de Mestrado. Mimeografado. São Paulo.
- 2 — FUNDAP — (1978) — Nota introdutória sobre a construção de um objeto de estudo: o urbano. Fundap, Mimeografado. S. Paulo.
- 3 — GEORGE, Pierre — (1969) — Sociologia e Geografia. Ed. Forense, Rio de Janeiro.
- 4 — ——— — (1971) — A ação do Homem. Difusão Européia do Livro, S. Paulo.
- 5 — KAUTSKY, Karl — (1966) — A questão agrária. Ed. Laemert, Rio de Janeiro.
- 6 — LOGIKINE, Jean — (1979) — O papel do Estado na urbanização capitalista, in "Marxismo e urbanismo capitalista — textos críticos" organizado por Reginaldo Forti — Liv. Ed. Ciências Humanas, S. Paulo.
- 7 — MARX, Karl e ENGELS, Friedrich — (1974) — A ideologia alemã. Vol. I. Editora Presença, Lisboa.
- 8 — MARX, Karl — (1968) — Fondements de la critique de l'Économie Politique (ébauche de 1857-1858) Ed. Anthropos, Paris.
- 9 — ——— — (1975) — El Capital — Crítica de la Economía Política. Fundo de Cultura Económica, Mexico.
- 10 — OLIVEIRA, Francisco — (1976) — Acumulação capitalista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. Contraponto (1), São Paulo.